

Aula 5

A MATÉRIA PRIMA DA HISTÓRIA: O DOCUMENTO

META

Analisar o conceito de documentos históricos.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
exemplificar fontes imateriais e materiais;
avaliar a importância do documento não escrito para a pesquisa histórica.

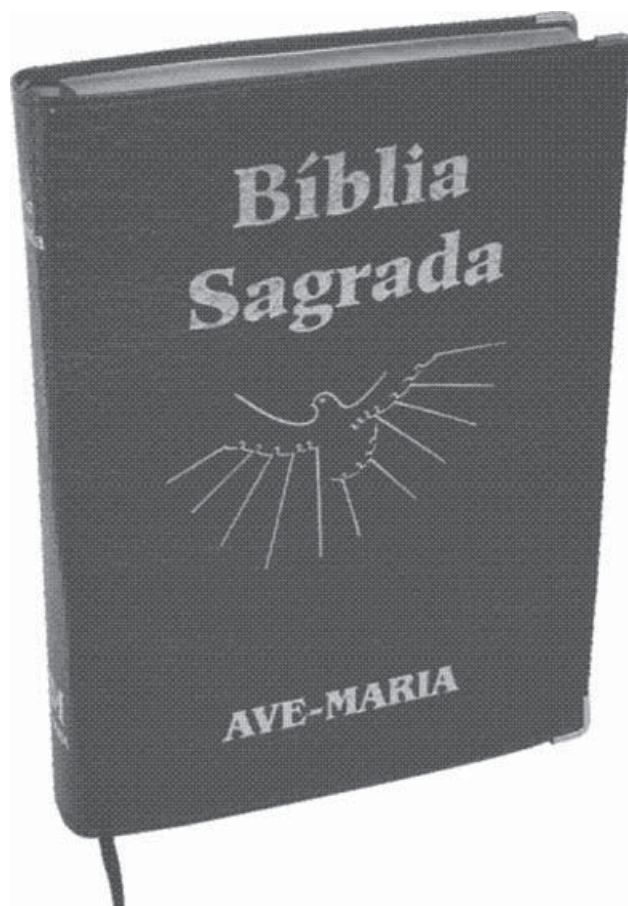
PRÉ-REQUISITO

Conhecimento do sentido de “documento” dado pelo dicionário.

Petrônio Domingues

INTRODUÇÃO

Vimos até aqui que o tempo é indispensável para a pesquisa histórica e que sua periodização é uma tarefa árdua, quando se leva em conta os vários critérios que podem ser utilizados para este fim. Agora, nesta aula, vamos conhecer acerca de um outro elemento muito importante para a pesquisa histórica: os documentos. Não se constrói uma história sem que se possa, de alguma forma, reconstituí-la. Por que nós conhecemos a história dos hebreus? Porque existe entre outros documentos escritos: a Bíblia. De que maneira, nós reconstruímos a nossa própria história? Através das nossas fotografias, certidão de nascimento, da nossa memória, dos depoimentos de nossos pais e avós, etc. Da mesma maneira, a História também precisa de documentos, de fontes para ser escrita. O assunto que vamos analisar, a partir de agora, nos dará o conhecimento necessário para avaliar a importância dos documentos para a pesquisa histórica.



(Fonte: <http://www.canaarecife.com>).

DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Segundo Langlois e Seignobos, “os documentos são os traços deixados pelos pensamentos e pelas ações dos homens”. Já Marc Bloch afirma que é “tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo quanto toca pode e deve fornecer dados a seu respeito”. Embora tendo o mesmo sentido, alguns historiadores empregam a palavra “documento”, tomada num sentido bastante amplo, ao passo que outros referem-se a “fontes” ou “testemunhos”.

Portanto, chama-se documento ou fonte todo e qualquer vestígio do passado, capaz de nos dar informações acerca de um fato ou acontecimento histórico. Quando se trata de estabelecer uma classificação, via de regra, faz-se alusão ora para o caráter subjetivo dos testemunhos, ora para a sua natureza objetiva. No primeiro caso, na distinção entre testemunhos involuntários (vestígios arqueológicos, usos e costumes) e testemunhos voluntários: memórias, crônicas, diários pessoais, obras dos próprios historiadores, tudo quanto, habitualmente, é abrigado sob o nome de “fontes narrativas”.

Se, ao contrário, dirigimos as atenções para a natureza das fontes, podemos dividi-las em duas categorias: fontes materiais e imateriais. Incluem-se entre as fontes imateriais todos os traços simbólicos do passado que sobrevivem nos agrupamentos humanos: costumes, tradições, lendas, superstições, línguas, etc. Já as pirâmides do Egito, o Coliseu de Roma, a Notre-Dame de Paris, os monumentos astecas ou incas, os retratos e pinturas de toda ordem, o escritório de Luís XV num salão do **palácio de Versalhes**, os monumentos a Fausto Cardoso e ao índio Aperipê, são fontes materiais.

Durante um período, privilegiou-se a expressão documentos para se referir às fontes escritas: leis, decretos, portarias, relatórios de governo, bulas papais, atos reais, minutas notariadas (como inventários, testamentos), correspondências, biografias, obras literárias, jornais, revistas; enfim, tudo se incluía na categoria de documentos, desde que fosse manuscrito ou impresso. Mas, essa concepção está superada. Seja qual for a classificação que usarmos, devemos considerar documento como tudo que a imaginação ou as necessidades do historiador aprovarem.

Ver glossário no final da Aula

A HISTÓRIA FAZ-SE COM TEXTOS

Com textos, sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo valor se cria um privilégio – o privilégio de daí tirar, como dizia o outro, um nome, um lugar, uma data; uma data, um nome, um lugar – todo o saber positivo, concluía ele, de um historiador indiferente ao real. Mas, também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser homem. (FEBVRE, 1989, p. 24 e 249).

Isto significa dizer que nosso tempo presenciou a reabilitação do documento não escrito; a ampliação da noção de fonte histórica, o que permitiu a inclusão da iconografia – qualquer tipo de imagem, como a fotografia, as ilustrações, etc. –, da literatura erudita e de cordel; dos documentos artísticos – os que a arte plástica fornece –, da música, do filme, dos depoimentos orais. Até mesmo uma paisagem passou a ser utilizada como um documento histórico. A transformação da historiografia impôs esta mudança de ótica.

É interessante notar as múltiplas informações que um historiador pode extrair do exame do material de uma simples tumba egípcia. Precisamos aqui lembrar quanto uma visita ao Palácio de Versalhes nos pode instruir, não somente acerca da vida de corte no século XVIII, mas também no que diz respeito ao poderio de Luís XIV. Ainda podemos conhecer mais sobre os reis Bourbons da Espanha, às vésperas da invasão napoleônica, apenas olhando os admiráveis retratos de Goya. Não se exige qualquer sensibilidade excepcional para sentir-se o passado ressurgir ao contato dos monumentos e dos objetos por ele legados.

Foi através de uma concepção de história viva e concreta que Gilberto Freyre, por exemplo, colocou-se à tarefa de fazer reviver os senhores de engenho no Brasil, não apenas recorrendo aos testemunhos escritos, mas buscando seu rastro nas antigas moradas e na soleira das senzalas dos escravos; esforçando-se por reconstituir o mobiliário da “casa-grande” e pesquisando as receitas dos pratos saborosos e condimentados, compostos para os senhores pelas suas cozinheiras africanas.

Todavia, cabe aqui uma advertência: a justificada importância que o historiador hoje atribui aos documentos não escritos não lhe permite fazer esquecer que o documento escrito continua sendo uma fonte relevante de informação sobre o passado. Ele confere valor aos testemunhos orais ou arqueológicos, seja explicando-os, seja permitindo sua datação. Mesmo em história antiga, isto é, num domínio em que os documentos não escritos

têm mais importância, é notório o grau de impotência a que fica reduzido o historiador, quando ele não pode apoiar-se em textos. Isto acontece porque, são as fontes narrativas que fornecem a trama, ainda que mais ou menos vaga, sobre a qual os historiadores e arqueólogos tecem sua rede.

Em alguns casos, a ausência de testemunhos inscritos praticamente impossibilita qualquer reconstituição contínua do passado. É verdade que os progressos atuais, em numerosos domínios da história, foram adquiridos, muitas vezes, graças à descoberta e ao aproveitamento de documentos não escritos. Também é verdade que o aspecto espetacular destes achados não nos deve fazer esquecer que eles somente foram possíveis após o secular estudo dos textos, único elemento a torná-los plenamente inteligíveis.



A história de Canudos foi revisada a partir de depoimentos obtidos dos seus sobreviventes. (Fonte: <http://www.canalimaginario.com.br>).

CONCLUSÃO

Os documentos históricos, portanto, são fundamentais para que se faça História. Alguns privilegiam os documentos escritos, mas nós precisamos ampliar esta noção. É necessário verificar que não somente a escrita tem algo a nos oferecer em relação a fatos e acontecimentos. Outras fontes também podem nos dar pistas, como a iconografia, os achados arqueológicos, etc. Mas, nem por isso, devemos “esquecer” os documentos escritos uma vez que, pesquisadas as fontes não escritas, registramos nossas revelações de maneira escrita.



RESUMO

A História se faz com os documentos históricos que podem ser entendidos como todo e qualquer vestígio do passado que seja capaz de dar informações acerca de um fato ou acontecimento histórico. Quanto ao caráter subjetivo dos testemunhos, as fontes podem ser divididas em involuntárias (vestígios arqueológicos, usos e costumes) e voluntárias: memórias, crônicas, diários pessoais, obras dos próprios historiadores, etc. Quanto à natureza, elas podem ser imateriais (costumes, tradições, lendas etc) e materiais (retratos e pinturas de toda ordem, etc). Apesar de se privilegiarem os documentos escritos, os historiadores também se utilizam da iconografia, dos depoimentos orais, aos achados arqueológicos, etc.

REFERÊNCIA

- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difel, 1977, pp. 136-142.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.